



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002541-87.2014.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Perdas e Danos**
 Requerente: **M4 MOTORS DO BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**
 Requerido: **RECAR DE ARARAQUARA VEÍCULOS LTDA**

Juiz de Direito: Dr. **Paulo Luis Aparecido Treviso**

Vistos etc.

M4 MOTORS DO BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA promove ação de reintegração de posse com pedido liminar contra **RECAR DE ARARAQUARA VEÍCULOS LTDA**, partes qualificadas nos autos, e expõe que: a) a ré encontrava-se na posse do veículo motocicleta, marca/modelo Honda Hornet, ano 2010, cor preta, placas EOG 3232, em razão de contrato estimatório verbal firmado entre as partes; b) ocorre que o veículo não foi alienado a terceiro, e tampouco restituído à autora pela ré, caracterizando-se assim o esbulho possessório. Requer a reintegração liminar do bem e, ao fim, a procedência da ação, com a condenação da requerida nos ônus da sucumbência. Instrui a inicial com documentos.

A liminar foi deferida (fls. 48), contudo a ordem não foi cumprida, diante do desaparecimento do bem, fato que culminou no pedido da autora para conversão da ação em perdas e danos (fls. 340/341), cuja pretensão foi acolhida (fls. 342 e 356).

Citada, a ré deixou transcorrer *in albis* o prazo para resposta, sobrevivendo requerimento da autora para decretação de sua revelia e procedência da ação.

É, em síntese, o relatório.

DECIDO.

1. A lide comporta julgamento antecipado previsto no artigo 355, incisos I e II do Código de Processo Civil.

1002541-87.2014.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

2. Ausente a resposta, presumem-se verdadeiros os fatos articulados na inicial (artigo 344 do Código de Processo Civil).

Reputo incontroversos, pois, os fatos que dizem respeito à existência do contrato estimatório firmado entre as partes para alienação do veículo descrito na inicial a terceiro, ao desaparecimento do bem, e à ausência de repasse de qualquer valor à autora, caracterizando assim a posse injusta exercida pela requerida sobre a coisa.

Como a ré não restituiu a coisa no tempo devido - e não há como a devolver à autora, diante da impossibilidade de sua localização, em que pesem todos os esforços olvidados pelo Juízo para tanto -, é de rigor a condenação da requerida na reparação das perdas e danos que causou à requerente, fato que é inquestionável ante a apropriação indevida da coisa, cujo paradeiro atual, registre-se uma vez mais, é desconhecido.

Deve a ré, então, restituir à autora o valor de mercado da motocicleta, para cuja apuração admite-se o emprego da tabela Fipe, como fez a requerente (fls. 337), sendo de rigor o acolhimento do pedido.

Isto posto, julgo **PROCEDENTE** esta ação e o faço para condenar a ré a: a) pagar à requerente a quantia de R\$ 25.920,00 (vinte e cinco mil, novecentos e vinte reais), com correção monetária desde o ajuizamento da ação, e juros moratórios a partir da citação, a título de indenização das perdas e danos que causou; b) pagar as custas do processo e os honorários advocatícios do patrono adverso, ora arbitrados em 10% sobre o valor da indenização ora fixada.

P.I.

Araraquara, 23 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**